

PARECER DA ASSISTÊNCIA ECONÔMICO-FINANCEIRA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 14/2022 QUE DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE SANTO ANDRÉ

Senhora Gerente,

1. De iniciativa do Chefe do Executivo, o Projeto de Lei nº 14/2022 abre crédito adicional especial de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para aquisição de imóveis no Instituto de Previdência de Santo André.
2. Os créditos adicionais são autorizações de despesas não computadas, ou insuficiente dotadas na lei de orçamento, estes créditos podem ser suplementares quando destinados ao reforço de dotações orçamentárias, ou especiais, quando atendem a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica (artigos 40 e 41 da Lei 4.320/64).
3. Para cobertura desse crédito o Executivo propõe utilizar o recurso proveniente da anulação parcial de igual montante na dotação “Reserva de contingência” do próprio Instituto.
4. Ao conter a fonte de recurso necessária para a abertura do crédito adicional especial o projeto atende ao artigo 43 da Lei Federal 4.320/64, ao inciso V do artigo 167 da Carta Federal e ao inciso V do artigo 131 da Lei Orgânica do Município.
5. Diante do exposto, não encontramos óbices econômico-financeiros a tramitação do projeto de lei nº 14/2022.
6. É o nosso parecer, que submetemos a superior apreciação.

Santo André, 13 de maio de 2022.

Shirley Moreira da Silva
Técnica Legislativa Especializada – Economia e Finanças

